Um bom programa para o DF

A construção de Brasília e a consequente transferência da Capital Federal para o Planalto Central têm propiciado as condições para a interiorização do desenvolvimento brasileiro, através da crescente ocupação produtiva dos grandes espaços vazios do Centro–Oeste e da Amazônia.

A área de influência econômico-social de Brasília vem-se alargando na medida do acentuado crescimento da capital da República. No período de 1960-1970, a taxa de crescimento da população do Distrito Federal foi da ordem de 14,4% ao ano, o que dá a medida do vulto do incremento populacional, se comparado com a média nacional de 2,9%. Considerados em conjunto, o Distrito Federal e Goiás apresentaram crescimento de 6,0% anuais, nesse mesmo período.

Cidade administrativa por excelência, o elevado nível de consumo de Brasília é suprido, em boa parte, principalmente no que se refere a produtos agropecuários, pelas áreas vizinhas do Noroeste de Minas e pelo Estado de Goiás, cujas atividades primárias vêm recebendo os benefícios imediatos do crescimento do Distrito Federal.

A economia agropecuária goiana e do Noroeste de Minas, no entanto, não tem acompanhado, como seria de desejar, o dinamismo da Capital da República. Ainda sofre os efeitos de processo secular de produção e se ressente da falta de um sistema de apoio econômico, financeiro, tecnológico e de infra-estrutura para o desenvolvimento da produção nos níveis desejados e possíveis. A transformação dos produtos primários regionais é, por outro lado, incipiente, e, em setores como os de saúde e de educação, é o Distrito Federal que vem atendendo ao grande contingente de população das áreas periféricas.

O afluxo de migrantes, que continua em proporções elevadas, vem criando, no Distrito Federal, sérios problemas de absorção de mão-de-obra e impondo, de outra parte, pesado ônus social ao seu desenvolvimento, sobretudo em termos da prestação de serviços básicos (habitação, saúde, educação, transportes urbanos, etc). Ressalte-se que o nível de qualificação desses migrantes dificulta a sua colocação na força de trabalho, situando-se presentemente a construção civil como a atividade grandemente absorvedora dessa mão-de-obra.

Com o objetivo de propiciar à região de influência de Brasília condições de desenvolvimento mais equilibrado e consentâneo com o da Capital da República, temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a intensificação, no período 1975–1977, da ação governamental na região, através do "Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília", envolvendo recursos da ordem de Cr$ 1.660 milhões, a preços de 1975, dos quais cerca de 50% deverão ser financiados pelos Governos Estaduais e pelo Distrito Federal (Tabelas I a III).

As áreas-programa, identificadas nos estudos técnicos sobre a região geo-econômica de Brasília e passíveis de atenção prioritária, constam do Mapa 1, anexo, e a natureza da ação do Governo programada, do Adendo, sendo, a seguir, brevemente caracterizadas:

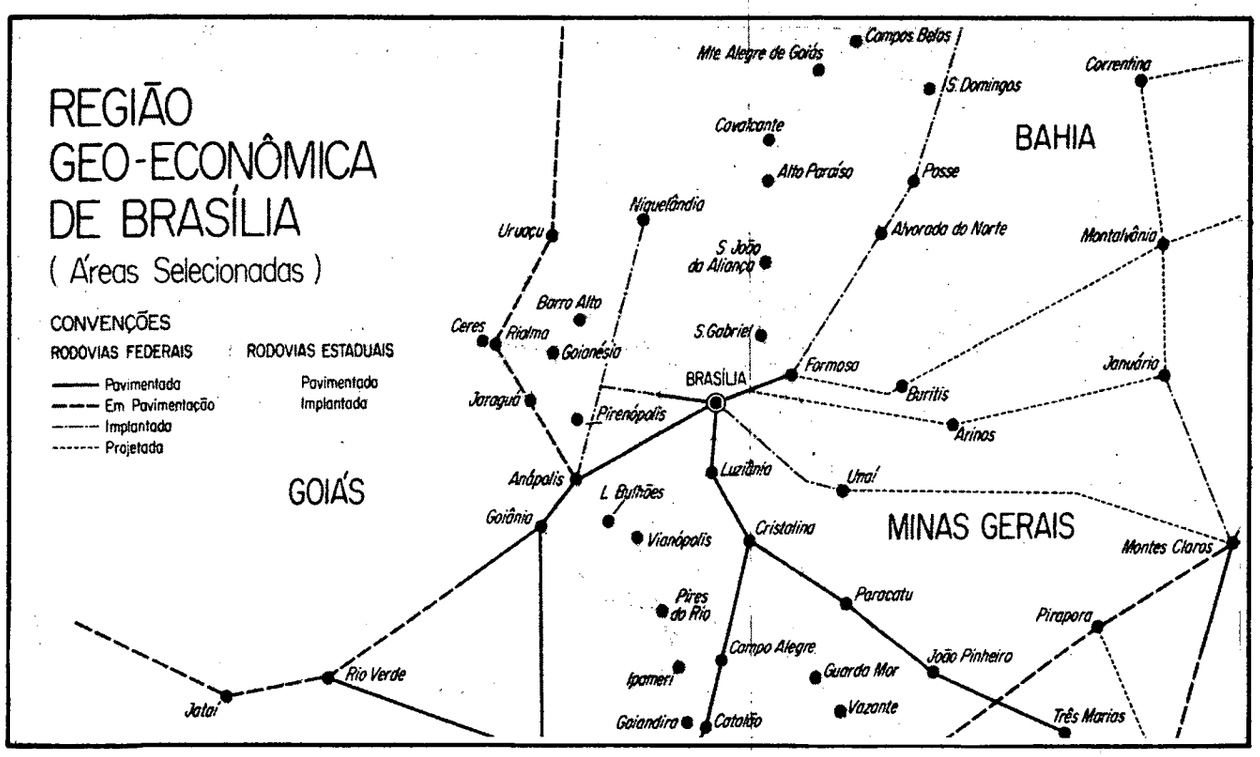
I – "Eixo Ceres–Anápolis". Situada a norte da área de influência de Goiânia, envolve parcialmente os Municípios localizados entre Anápolis e Ceres, no eixo da rodovia Belém–Brasília. A área dispõe de infra-estrutura relativamente desenvolvida e de mercado consumidor significativo, representado pela concentração demográfica nela verificada. Apresenta ainda possibilidades de absorver razoável contingente migratório, principalmente pelo potencial de seus solos, cujo nível atual de exploração, embora elevado, não se esgotou inteiramente. A implementação de projetos de aproveitamento intensivo de mão-de-obra será capaz de gerar excedentes destinados à exportação de produtos da agroindústria, ao tempo em que a melhoria dos equipamentos urbanos permitirá a fixação de recursos humanos necessários às atividades de apoio, principalmente dos setores de serviços.

II – "Área de Influência das BRs–040/050". Inserida no polígono formado pelas rodovias federais BR–040 e BR–050 e pelas rodovias estaduais GO–010 e GO–330, essa área apresenta significativas potencialidades econômicas, que repousam na exploração da pecuária leiteira e de corte, ressaltando-se ser a principal bacia leiteira da região periférica a Brasília. A agricultura apresenta boas perspectivas para a cultura do café e para a exploração de alguns minérios, como fosfato, titânio, nióbio e vermiculita. Essas potencialidades são reforçadas pela infra-estrutura física existente, principalmente de transporte e energia elétrica.

II – "area de Mineração". Essa área-programa envolve porções dos Municípios de Niquelândia, Uruaçu, Barro Alto e Padre Bernardo, ressaltando-se que a área de Pirineus, selecionada no POLOCENTRO, coincide com essa área-programa numa faixa de 150 km de extensão ao longo da BR–080, entre os Rios Maranhão e das Almas. Destaca-se pela existência de minerais não-ferrosos. Além das reservas de níquel, cobre e amianto, cubadas e avaliadas economicamente, estão sendo pesquisadas ocorrências de chumbo e zinco. Dessas reservas, acham-se em exploração o amianto crizolita de Uruaçu e, em fase final, a elaboração de projetos para a metalurgia do níquel e cobre (este como subproduto) em Niquelândia e Barro Alto, que deverão gerar cerca de dois mil empregos diretos.

IV – "Vale do Paranã". A área está delimitada pelas rodovias federais BR–010 e BR–020 e pelas estaduais GO–112 e GO–118, incluindo integralmente a área do Paranã, selecionada no POLOCENTRO, localizada ao longo da BR–020, entre posse e o Rio Paraim. Região pioneira, surge como estrategicamente favorável ao desenvolvimento agropecuário, destacando-se o fato de constituir uma bacia leiteira potencial para a produção destinada ao consumo de Brasília, além de possibilidade da agricultura irrigada, que propiciará a absorção de grandes contingentes populacionais, não-somente no setor primário como também nas agroindústrias e serviços auxiliares. Desponta, dessa forma, como solução para atenuar o fluxo migratório nordestino que se destina a Brasília, cujo deslocamento está sendo facilitado com a implantação das BR–020 (Brasília–Barreiras) e BR–135 (Barreiras–Gilboés).

V – "Área de Paracatu". Situada a leste do espaço econômico de Brasília, abrange porções dos Municípios de Paracatu, Unaí, João Pinheiro, Guarda-Mor e Vazantes. Nessa área se insere o "Vão do Paracatu", selecionado pelo POLOCENTRO, localizado ao longo da BR–040, entre Paracatu e João Pinheiro. Caracterizada por apresentar relativos vazios demográficos, conta com potencialidades para a pecuária, para o cultivo de leguminosas, fibrosas e cereais e para o desenvolvimento da agricultura irrigada. O solo, de origem calcária, tem alto nível de fertilidade, possibilitando elevados rendimentos agrícolas.



Essas áreas foram selecionadas segundo critérios estabelecidos em função dos objetivos de minimização do fluxo migratório dirigido para Brasília, da redução da pressão exercida pela população residente na área periférica do Distrito Federal sobre os serviços sociais básicos da Capital, e da integração e fortalecimento da economia regional. A minimização do fluxo migratório deverá ser alcançada através da ampliação da oferta de novas oportunidades de trabalho nas áreas liberadoras de população e pontos estratégicos da trajetória do migrante, compreendidos nos limites da região geo-econômica de Brasília e identificados nos estudos realizados. A redução da pressão das populações residentes nas áreas periféricas do Distrito Federal sobre os serviços sociais básicos oferecidos por Brasília decorrerá da melhoria da infra-estrutura social dos principais núcleos urbanos da região, identificados como subcentros regionais. O fortalecimento da economia regional será alcançado através do reforço da infra-estrutura de apoio às atividades produtivas, principalmente do setor agropecuário, introdução de mudanças tecnológicas nas lavouras tradicionais, incorporação de novas áreas e abertura de novas frentes produtivas (industriais e agroindustriais). Nesse sentido, estão previstas a ampliação e dinamização dos seviços de assistência técnica, de crédito, pesquisa e experimentação agrícolas e o reforço das atividades de fomento.

A integração regional será viabilizada pela execução de programas de fortalecimento dos núcleos urbanos selecionados e da ampliação da infra-estrutura física da região. Nesse sentido, será promovida a hierarquização dos centros urbanos de influência sub-regional e reforçada a interligação de núcleos e áreas de produção, através de melhoria do sistema regional de transportes e comunicações.

As aplicações programadas abrangem os setores de educação, saúde, saneamento ambiental, energia elétrica (geração e transmissão), transporte rodoviário, telefonia, mineração, desenvolvimento rural e agroindustrial, inclusive estudos de oportunidades industriais. Em complementação à programação prevista e como apoio às atividades empresariais na região, deverá ser instituída linha especial de crédito aos setores agropecuário e agroindustrial.

Também de grande significado para a consecução dos objetivos almejados, situa-se o programa rodoviário a ser executado na vigência do II PND, complementando principalmente as grandes radiais que ligam o Distrito Federal às demais regiões do País. Os projetos previsto para trechos rodoviários de interesse direto da Região Geo-Econômica de Brasília (Anápolis-Niquelândia; Goiânia–Ipameri; Campo Alegre-Caldas Novas; Divisa Distrito Federal – Unaí; Niquelândia–BR–153; Brasília–Barreiras; Divisa Distrito Federal–BR–414 e duplicação da Brasília–Anápolis–Goiânia) deverão assegurar condições para uma crescente integração sócio-econômica entre as áreas periféricas do Distrito Federal.

A implementação e execução do Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília serão promovidas pelo Ministério do Interior, e o seu acompanhamento, pela Secretaria de Planejamento. Será mantida articulação com os demais Ministérios envolvidos, particularmente os da Agricultura e dos Transportes, assim com os Governos dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal.

TABELA I

PROGRAMA ESPECIAL DA REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA: DISPÊNDIOS PROGRAMADOS (1975–1977)

(Em Cr$ milhões de 1975)

SETORES E PROGRAMAS	1975	1976	1977	TOTAL
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	155	142	108	405
Educação	36	36	43	115
Saúde	18	17	5	40
Saneamento	101	89	60	250
INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	246	162	130	538
Transportes	94	81	78	253
Energia	109	61	43	213
Comunicações	43	20	9	72
SETORES PRODUTIVOS	269	206	182	657
Desenvolvimento Rural	150	95	95	340
Desenvolvimento Agroindustrial e Estudos de Oportunidades de Investimentos	51	35	31	117
Linha Especial de Crédito (BRB)	68	76	56	200
T O T A L	670	510	420	1.600

TABELA II

PROGRAMA ESPECIAL DA REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA: ESQUEMA DE FINANCIAMENTO (1975-1977)

(Em Cr$ milhões de 1975)

SETORES \ FONTES	GOVERNO FEDERAL						GOVERNOS ESTADUAIS				TOTAL
	FDAE	RESERVA FE	FDPI	ACORDO DO TRIGO	BNDE	SUB-TOTAL	GOIÁS	MINAS GERAIS	DF	SUB-TOTAL	
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	89	88	10	-	-	187	194	24	-	218	405
Educação	34	35	2	-	-	71	44	-	-	44	115
Saúde	9	18	4	-	-	31	-	9	-	9	40
Saneamento	46	35	4	-	-	85	150	15	-	165	250
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	-	18	164	-	189	371	119	48	-	167	538
Transportes	-	12	99	-	112	223	-	30	-	30	253
Energia	-	6	55	-	66	127	68	18	-	86	213
Comunicações	-	-	10	-	11	21	51	-	-	51	72
SETORES PRODUTIVOS	53	-	107	94	-	254	152	52	200	403	657
Desenvolvimento Rural	53		72	94	-	219	69	52	-	121	340
Desenvolvimento Agroindustrial e Estudos de Oportunidade de Investimentos	-	-	35	-	-	35	82	-	-	82	117
Linha Especial de Crédito (BRB)	-	-	-	-	-	-	-	-	200	200	200
T O T A L	142	106	281	94	189	812	464	124	200	788	1600

TABELA III

PROGRAMA ESPECIAL DA REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA: ESQUEMA DE FINANCIAMENTO (1975)

(Em Cr$ milhões de 1975)

SETORES \ FONTES	GOVERNO FEDERAL						GOVERNOS ESTADUAIS				TOTAL
	FDAE	RESERVA FE	FDPI	ACORDO DO TRIGO	BNDE	SUB-TOTAL	GOIÁS	MINAS GERAIS	DF	SUB-TOTAL	
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	33	33	5	-	-	71	74	10	-	84	155
Educação	10	11	1	-	-	22	14	-	-	14	36
Saúde	4	8	2	-	-	14	-	4	-	4	18
Saneamento	19	14	2	-	-	35	60	6	-	66	101
INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	-	2	71	-	82	160	66	20	-	86	246
Transportes	-	4	37	-	42	83	-	11	-	11	94
Energia	-	3	26	-	34	65	35	9	-	44	109
Comunicações	-	-	6	-	6	12	31	-	-	31	43
SETORES PRODUTIVOS	23	-	47	42	-	112	66	23	68	157	269
Desenvolvimento Rural	23	-	31	42	-	96	30	23	-	53	150
Desenvolvimento Agroindustrial e Estudos de Oportunidades de Investimentos	-	-	16	-	-	16	36	-	-	36	51
Linha Especial de Crédito (BRB)	-	-	-	-	-	-	-	-	68	68	68
T O T A L	56	40	123	42	82	343	206	53	68	327	670

Indicação de Programas e Projetos

I – EIXO CERES–ANÁPOLIS

– Programas de pesquisa e experimentação, fomento agropecuário e assistência técnica e creditícia.

– Construção de cinco armazéns convencionais, com capacidade total de 18 mil toneladas, e um armazém graneleiro.

– Implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis ou Luciânia.

– Construção de cinco subestações, 36 km de linhas de transmissão e 425 km de rede de distribuição para eletrificação rural.

– Instalação de 7.600 terminais telefônicos e 111 canais para serviço interurbano.

– Construção de 38 km de estradas de 3a. classe e 300 km de estradas vicinais.

– Construção e equipamento de três escolas integradas de 1o. e 2o. graus, para uma capacidade total de 2.800 alunos, e treinamento de pessoal docente.

– Construção e equipamento e reforma de dez unidades sanitárias.

– Implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, construção de redes de esgotos sanitários e realização de estudos de poluição fluvial.

II – ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS BRs 040 e 050

– Programas de pesquisa e experimentação, fomento agropecuário e assistência técnica e creditícia.

– Construção de três armazéns convencionais, com capacidade total de 12 mil toneladas e de um armazém graneleiro.

– Construção de cinco subestações, 356 km de linhas de transmissão e 250 km de rede de distribuição para eletrificação rural.

– Instalação de 1.900 terminais telefônicos e 48 canais para serviço interurbano.

– Construção de 345 km de estradas de 1a. e 2a. classes e 300 km de estradas vicinais.

– Construção e equipamentos de três escolas integradas de 1o. e 2o. graus, para uma capacidade total de 2.800 alunos, além de treinamento de pessoal docente.

– Construção, equipamento e reforma de seis unidades sanitárias.

– Implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, construção de redes de esgotos sanitários e realização de estudos de poluição fluvial.

III – ÁREA DE MINERAÇÃO

– Programas de pesquisa e experimentação, fomento agropecuário e assistência técnica e creditícia.

– Construção de dois armazéns convencionais, com capacidade total de 6 mil toneladas e de um armazém graneleiro.

– Construção de cinco subestações e 463 km de linhas de transmissão.

– Instalação de 500 terminais telefônicos e 12 canais para serviço interurbano.

– Construção de 275 km de estradas de 1a. e 3a. classes e 200 km de estradas vicinais.

– Construção e equipamento de duas escolas integradas de 1o. e 2o. graus, para uma capacidade total de 2 mil alunos, e treinamento de pessoal docente.

– Reforma e reequipamento de uma unidade sanitária.

– Implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, construção de redes de esgotos sanitários e realização de estudos de poluição fluvial.

IV – VALE DO PARANÃ

– Programas de pesquisa e experimentação, fomento agropecuário e assistência técnica e creditícia.

– Construção de um armazém convencional com capacidade de 6 mil toneladas.

– Expansão da capacidade de Usina Hidrelétrica de Mambaí, construção de 13 subestações e de 450 km de linhas de transmissão.

– Instalação de nove canais para serviço telefônico interurbano.

– Construção de 615 km de estradas de 1a. e 3a. classes e 500 km de estradas vicinais.

– Construção e equipamento de duas escolas integradas de 1o. grau, para uma capacidade total de 2 mil alunos, e treinamento de pessoal docente.

– Construção e equipamento de uma unidade integrada de saúde e de uma unidade sanitária.

– Implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, construção de redes de esgotos sanitários e realização de estudos de poluição.

V – ÁREA DE PARACATU

– Programa de pesquisa e experimentação agropecuária e de assistência técnica e creditícia.

– Criação de patrulha motomecanizada de 47 tratores para mecanização agrícola.

– Construção de cinco armazéns convencionais, com capacidade total de 24 mil toneladas, e de um conjunto de silos com capacidade de 20 mil toneladas.

– Serviços de drenagem para saneamento e aproveitamento de 2 mil ha de várzeas do Rio Urucuia.

– Implantação de um moinho de calcário.

– Construção de cinco subestações e implantação de linhas de transmissão e rede de distribuição para eletrificação rural.

– Ampliação dos serviços de telefonia urbana e interurbana.

– Construção de 740 km de estradas vicinais.